





## ESCRITA, TRADUÇÃO e Psicanálise\*

Betty Bernardo Fuks\*\*

Para dar início à apresentação da experiência do processo de escrita do livro *Freud e a judeidade, a vocação do exílio* (Fuks, 2000) e da tradução para o inglês, gostaria de começar contando de que modo foi possível construir uma resposta à espinhosa e recorrente questão das marcas da cultura judaica sobre a psicanálise sem cair no vício, tão comum na literatura especializada, de judeizar a psicanálise, psicanalisar o judaísmo ou erigir uma psicobiografia do pai da psicanálise. Em primeiro lugar, a escolha de permanecer fiel à escuta analítica me levou a ler Freud com Freud, isto é, ler-escutar o que disse e escreveu sobre o tema e acatar seus silêncios foi fundamental aos meus propósitos. Somou-se a este procedimento o fato de ter encontrado no conceito de judeidade, introduzido nos estudos sobre a cultura judaica pelo escritor Albert Memmi (1975), uma ferramenta de trabalho precisa. Diferentemente do termo *judaísmo* - o conjunto das tradições culturais e religiosas; *judeidade* (*judéitté*) diz respeito exclusivamente ao fato de sentir-se judeu, ao “modo como cada judeu o é, subjetiva e objetivamente. Trata-se de algo a ser definido e construído, jamais terminado, mesmo que o judaísmo enquanto religião não conte mais para o sujeito. Portanto um *devoir*.

Devoir, de acordo com G. Deleuze ao longo de sua obra, designa uma realidade processual e não simplesmente o processo de transformação de alguma coisa em outra que alcança uma realidade estática um ser final. Portanto, um projeto subjetivo que transgride a simples observância dos modelos do

---

\* Este texto tem por base as palestras proferidas na Universidade da Califórnia (UCLA), na New School of Arts (New York) em outubro de 2009 e na associação Speaking of Lacan Psychoanalytic Group (Toronto) em setembro de 2010 por ocasião dos lançamentos do livro *Freud and Jewishness*, nos Estados Unidos e no Canadá.

\*\* Betty Bernardo Fuks é professora da Universidade Veiga de Almeida – RJ.

passado, escapa às contingências relativas ao mero nascimento e determina a inserção do sujeito no futuro. Por exemplo, o devir-mulher implica a noção da impossibilidade de um ser final, pois não há A Mulher na qual o sujeito possa se transformar de uma vez por todas, mesmo quando se é mulher. No devir-judeu, o que se coloca é a impossibilidade do ser judeu; isto é, na expressão devir-judeu é preciso colocar a ênfase sobre o devir e não sobre o judeu. Essa não-identidade consigo mesmo evidentemente não é exclusiva da feminilidade ou da judeidade. Mas quem ousará dizer que estas figuras não são paradigmáticas do processo subjetivo de tornar-se outro?

Conjeturar sobre o devir judeu de Freud e o que este movimento pode ter trazido à teoria e a prática clínica que inventou me levou, ao final da pesquisa, aquilo que penso ter sido a única via de acesso que moveu a questão inicial: uma arqueologia da cultura do judaísmo na psicanálise só pode aparecer quando e no que esta cultura tenha sido transformada pelo próprio Freud, ao melhor estilo goethiano, segundo a máxima do poeta citada por Freud em Totem e tabu: “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o, para fazê-lo teu” (Goethe, *apud* Freud, 1976). O verbo conquistar usado pelo poeta me dirigiu ao cerne da hipótese: O devir judeu de Freud encontrou na psicanálise sua expressão maior como a última expressão da prática do não-idêntico, de desidentificação e do desejo de diferença. Considero que a própria construção da judeidade de Freud afetou diretamente a invenção da psicanálise, quer seja sob o aspecto da marginalidade social de seu inventor, de onde sustentou as resistências à psicanálise, quer sob a forma de um *devir-judeu*

Duas observações feitas pelo próprio Freud que envolvem significativamente a circunstância de ter sido ele, um judeu ateu, quem inventou a psicanálise foram decisivas na minha escolha de ingressar no estudo que resultou na escrita de “Freud e a judeidade...”. A primeira diz respeito à influência da absorção precoce da história bíblica em sua formação intelectual (Freud, 1976 [1925a]). O fato de pertencer à minoria judaica e ter apreendido com isso a resistir no isolamento, revelou-se também extremamente positivo e fortalecedor em sua luta contra as resistências internas e externas à psicanálise (Freud, 1976 [1925b]). Esta observação adquiriu relevo maior quando me deparei com as inúmeras desterritorializações, êxodos e exílios sofridos pela família paterna de Freud, ao longo de várias gerações, até se fixar na Áustria (Freud, 1976 [1925a]). Tais experiências, que num certo sentido reafirmavam a perspectiva de errância e nomadismo inscrita na história do povo judeu, atravessam também a história da psicanálise desde antes de sua fundação em Viena até o exílio de seu fundador em Londres.

Fazer das dificuldades uma vantagem, um meio de triunfar sobre o sofrimento que, historicamente, o outro impõe ao judeu, foi a recomendação que Freud deu a Max Graff, o pai do Pequeno Hans, na ocasião em que este lhe perguntou sobre a possibilidade de batizar o filho para protegê-lo do anti-semitismo. Freud recomenda ao amigo que deixasse o filho crescer como judeu, que não o privasse de aprender a combater como um judeu, e desenvolver a energia necessária para enfrentar o antissemitismo. Não é difícil acompanhar o modo como o próprio inventor da psicanálise desenvolveu esta energia, a partir da experiência que chamou de “*splendid isolation*”: as vantagens e encantos da solidão. Lutar pelo reconhecimento da psicanálise e por um modo de ser judeu que ele inventa significava - nas palavras de que Freud fez uso para dar seu conselho ao pai do pequeno Hans - ter de suportar resistências, buscar “fontes de energias” internas para lhes dar “combate”, aprender a encarar a resistência como “vantagem”, ou melhor, aprender a tirar vantagem ao invés de deixar-se por ela abater.

O caso dos judeus como minoria à parte de uma sociedade de iguais remonta ao exílio multimilenar - babilônico no século VI a.C., romano, e finalmente, pós-romano -, que lançou o judeu na experiência da Diáspora. Diáspora significa dispersão: “estar disperso entre os povos, “estar fora de”, ou melhor, “não pertencer a”. Na própria palavra está a ideia da experiência de ruptura que toca os fundamentos da existência do povo judeu. Desde seus primórdios, a posição da psicanálise freudiana na cultura encontra-se muito próxima à do povo judeu: estar sempre em movimento, fora do espaço da maioria, em muitos outros espaços. A invenção freudiana vive no “entre e dois”, frequenta o país da ciência, arte, da filosofia, da literatura, da religião e do mito.

Como homem da diáspora, Freud praticou a estratégia política do entre-dois (*in between*). Reforçou “alianças espirituais” com colegas judeus e, ao mesmo tempo, exerceu uma política antichauvinista, evitando o perigo de tornar o inconsciente um assunto nacional judaico. Por um lado queria eleger Jung, cristão e filho do pastor, para dirigir o movimento. Por outro, seguiu os impasses do destino judaico frente os paradoxos de um processo social que obrigava a si mesmo e a cada um dos colegas, ter que se pensar como judeu, positiva ou negativamente.

O fato é que quando indagavam sobre sua identidade judaica, Freud sempre optou por responder pela retórica do inconstante na significação. Embora ele se reconhecesse como judeu no fato de estar constantemente disposto e travar uma luta perpétua com a “maioria maciça” e “homogeneizada,” fosse ela externa ou interna ao próprio judaísmo, paradoxalmente sustentava ser da ordem do impossível definir tal identidade. Mesmo porque defini-la, envolveria

negar suas próprias percepções sobre o logro de qualquer identidade. E neste sentido antecipa pensadores como J. Derrida para quem os desconfortos da errância judaica são uma alegoria do próprio movimento da escrita impondo-se como um vir-a ser. Diz o filósofo que na “a identidade do Judeu consigo mesmo talvez não exista. Judeu seria o outro nome da impossibilidade dele ser ele próprio” (Derrida, 1971, p.55).

Não é difícil de encontrar as raízes dessa incoerência no Antigo Testamento, um dos arquivos da psicanálise. Algumas narrativas bíblicas dão a impressão de que o nomadismo, tão característico da sociologia e da ética da Tora, não é outra coisa senão a expressão de um êxito sempre refeito. Por exemplo: a história de Abraão, o patriarca do povo judeu, inaugura uma nova noção de exílio que é partida do “ser diante de si mesmo”, uma aprendizagem de Alteridade, isto é, uma experiência de diferença. Para o hebreu, termo cuja significação etimológica é ser de passagem, de ruptura, de transgressão e de transmissão, o existir é devir: no hebraico a ausência do verbo ser no presente, rebate a ideia de transitoriedade embutida na própria raiz da palavra que diz o hebreu.

Sabe-se que a psicanálise cria, a rigor, condições para que o sujeito venha a experimentar o que lhe é estranho; dito de outro modo: a invenção freudiana opera uma separação radical do sujeito com relação ao idêntico, a qual termina por conduzi-lo a uma experiência que podemos chamar de “exílio”. Esse exílio consiste em fazer o sujeito buscar - nos desconfortos da repetição e na desconstrução paulatina da própria idolatria (narcisismo do eu e mandatos do supereu) - o encontro com o que há de mais estranho a ele próprio, o face à face com o desconhecido, que envolve o risco de encontro com o impessoal da força pulsional sempre errante, força de todos os tempos e de todos os homens.

Aproximadamente um ano depois ter seus textos queimados nas fogueiras de Berlin, Freud começa escrever *Moisés e o monoteísmo* (1939[1934-1939]) um hipertexto, cuja escrita não se presta à captura: múltiplos sentidos — mas não arbitrários — borbulham em suas páginas. Como um enigma, ele se abre para vários níveis de entendimento. Trata-se de um escrito em que Freud reescreve a metapsicologia e o mito do assassinato do pai introduzido em Totem e Tabu em base ao mito de Édipo, a escuta clínica e aos trabalhos de antropólogos e historiadores. O leitor de Moisés pode também ter acesso ao pensamento freudiano sobre a segregação, em especial às reflexões sobre a estrutura religiosa do nazismo que, sob o signo do ódio, fomentava uma cultura de hostilidade mortal ao outro em nome do fortalecimento da identidade nacional.

Este é um dos motivos pelo quais Freud insiste, logo no primeiro capítulo, em “destituir um povo do homem que ele celebra como o maior de seus

filhos.” (1939 [1934-1939]), p. 29). Pode-se dizer que desconstruindo a figura do profeta Freud, afirmava que o judaísmo é produto de uma construção que se faz através da experiência de estrangeiridade e que se marca pela incompletude. Mas é impossível deixar de reconhecer que trata-se, também, de uma desconstrução que remete à ferida que a psicanálise causou à humanidade, ao anunciar que o eu não é senhor de sua própria casa. Qualquer identidade é efeito da multiplicidade de identificações inconscientes.

Moisés, o egípcio, inventa o Judeu, então, todo o judeu é um egípcio, isto é, está para além da raça, da língua e da identidade nacional. Moisés, o egípcio, introduz uma concepção de Deus cuja presença se define por uma ausência radical e absoluta. Com efeito, o texto encerra a estranha ideia de um Deus feito de nada, pura ausência: sem nome nem rosto, sem imagem nem essência. A proibição de representar Deus mergulhou a doutrina mosaica numa exigência iconoclasta irreversível, a ética de superação da idolatria. Não é difícil reconhecer a presença desta iconoclastia no pensamento de Freud, quando denuncia os efeitos fetichistas de um mundo gerado pela idolatria do eu fixado no espelho.

A construção de Moisés responde, também, à questão que Freud perseguiu desde Totem e Tabu (1913), “Como se transmite, de geração em geração uma Herança arcaica” - os traços de memória arrastados pelo fluxo caudaloso do tempo. No texto de 1939, o autor se orienta pela nova concepção de trauma que introduziu a partir do conceito de pulsão de morte e da noção de compulsão a repetição. O monoteísmo judaico e a situação histórica da diáspora ligados por uma cadeia de cortes e de perdas traumáticas impuseram ao judeu uma série de lutos que os obrigaram a traduzir na linguagem da razão o não metabolizável. A transmissão implica nela mesma a impossibilidade de uma continuidade, da imposição de conteúdos. Sua força reside de maneira assombrosamente indireta (1976 [1934-39], p. 119), em sua verdade histórica - relação singular que cada cultura e/ou sujeito é chamada a viver em relação à herança recebida das civilizações/gerações anteriores.

Neste ponto observa-se que Freud está totalmente implicado na leitura do texto bíblico. Lê o Êxodos como lê o Inconsciente. Sua escrita envolve a responsabilidade de narrar a saga do outro excluído, ampliar e garantir a transmissão dos conceitos teóricos da psicanálise. Como escreveu Michel de Certeau (1982, p. 305) pela metáfora, recurso da retórica, varias coisas funcionam no mesmo lugar: não há como separar o Judeu, a Psicanálise e o homem Freud quando se analisa a produção da escrita de Moisés.

E com isto, passo ao cerne da argumentação que sustentou minha escrita: os traços de exílio e de êxodo inscritos na história do povo judeu e a

prática de leitura-escritura infinita do Antigo Testamento, desempenham papel essencial na descoberta freudiana. Nômade, como as letras hebraicas que se aglomeram no branco de um pergaminho ancestral, os doutores da Lei e os comentadores do Texto ousaram dizer sempre mais do que no Livro aparecia manifesto, tornando-o, desde tempos imemoriais, um território que se prestou ao amplo acolhimento das subjetividades emergentes. Assim, vagando pelo mundo através dos séculos e das gerações com letras e palavras transbordantes de sentidos, o povo judeu soube fazer da interpretação uma prática de deixar às letras a possibilidade de serem letras e de aproveitar os brancos do Texto como uma reserva de sentido sempre disponível para o leitor/intérprete. Esta incessantemente reencetada missão de ler as letras, multiplicar as combinações entre elas, reescrevendo-as num movimento contínuo de construções significantes singulares acerca da origem, do valor e do sentido da vida e da morte, fez com que tanto Freud quanto Lacan designa-se o judeu como *aquela que sabe ler*.

A leitura à letra aproxima a psicanálise do método ancestral de leitura talmúdica. A leitura à letra garante a lei antiidolátrica do segundo mandamento e o ateísmo da escritura. Na transmissão da psicanálise, a prática de leitura à letra é a guardiã do ateísmo da escrita freudiana garantia de sua reinvenção infinita. E disso, com certeza já sabia Freud, melhor do que ninguém. Basta lembrar que as vésperas de seu êxodo a Londres, dando continuidade à construção de sua judeidade declara aos colegas a intenção de no exílio fazer como o Rabino Ben Zakkai que por ocasião da expulsão de Jerusalém pediu licença, em terra estrangeira, para prosseguir a transmissão de uma tradição que não se baseia apenas em obediência cega mas sim na reivindicação de fazer valer um dizer sobre o dito. Sem dúvidas, o desejo explícito de Freud nesta passagem da história da psicanálise era o de afiançar a transmissão da teoria e prática psicanalítica pelos séculos.

Três anos haviam se passado desde o lançamento da edição brasileira do meu livro, quando colegas da Associação Psicanalítica Apré-Coup (Nova York), demonstraram interesse de publicá-lo em inglês. Naquele momento, não poderia imaginar que tamanha hospitalidade imporia a árdua tarefa de aprender a suportar a alteridade do meu texto em terra estrangeira. De fato, a recepção dada à obra pelo leitor brasileiro provocara forte sentimento de estranheza no interior de minha própria língua, o que me obrigava a retornar às hipóteses iniciais, para dizer melhor o que havia escrito e/ou enunciar o que até então não havia enunciado. Quando da edição do livro nos Estados Unidos, juntou-se a estes movimentos o questionamento incessante em torno da tradução e estilos de edição.

Reconheço que durante todo o processo de tradução pude apreender melhor o que Derrida descreveu como relações de endividamento recíproco entre o escritor e o tradutor. Minha dívida para com o tradutor, o poeta Paulo Brito, é enorme. Ler e reler o texto, impondo-se o trabalho de traduzi-lo e retraduzi-lo para além dos parâmetros de um simples transporte de significado estáveis, parte integrante da responsabilidade do que este poeta assumiu em transmitir, com absoluta liberdade, o indecidível de minha escrita.

A tradução como escritura, inevitavelmente deixa restos. Paulo Ottoni, citando Derrida, comenta que restos são impurezas de cada língua, o que faz com que traduzir seja a um só tempo possível e impossível. “Uma boa tradução nos diz simplesmente isto: há língua, é por isso que se pode traduzir e que não se pode traduzir porque há alguma coisa como língua” (Derrida apud Ottoni 2008, p. 4). Derrida (2002) usou a história bíblica de Babel para ilustrar o *double bind* da tradução – possibilidade e impossibilidade da escritura como leitura tradutora. Conta o Gênesis que a tribo de Shem (palavra que significa nome em hebraico) quis impor uma única língua a todas as tribos da terra, edificando uma torre para atingir os céus. Gritando seu nome Bavel ou Babel, confusamente parecido com a palavra hebraica que significa “confusão”, Deus destrói a torre, estabelece a diferenciação entre as línguas, a dispersão dos povos sobre a terra e condena todos os homens à confusão e à impossibilidade de tradução. Esta maldição impediria, para sempre, o homem de alcançar a tradução perfeita; o que significa a impossibilidade de uma língua única. Em meio às múltiplas interpretações que se pode fazer desta história bíblica sobressai a ideia de que ao enunciar confusamente o tetragrama impronunciável – IHVH – que deu seu nome, Deus deixou o homem condenado à incompletude do trabalho de tradução.

Portanto, não será preciso justificar porque os restos produzidos pela tradução do livro do português para o inglês exigiram dos editores americanos, imediata tradução suplementar. Os editores e psicanalistas Paola Mieli e Mark Stafford, não pouparam esforços em retraduzir a tradução-escritura de Britto. Aos poucos ratificaram em ato a ideia de que toda tradução deflagra a existência de diferentes línguas, numa língua. Todo o empenho dos colegas girou em torno do fazer com que a ideia original pudesse ser dita, mais ainda, na edição de língua inglesa. Neste sentido, o título da obra em inglês *Freud and the Invention of Jewishness* (Fuks, 2008), é exemplar: nomeia a ideia que estava latente em minha Tese de Doutorado, mas que só pôde ser formulada após várias retraduições produtivas. Durante todo o processo de edição foi possível manter com os editores o princípio de fidelidade à insuperável diferença e complementaridade das línguas e culturas. Atribuo esse ganho à forte transfe-

rência de trabalho sustentada pelo desejo de todos em transmitir a hipótese freudiana da escritura psíquica - o inconsciente.

Efetivada, agora, as edições do livro em inglês e espanhol (Editora Siglo XXI, 2005) posso dizer, a *posteriori*, que uma das razões do êxito do livro, está ligada ao modo como emprego o conceito de judeidade. Como resultado e contra tudo o que se costuma designar, a psicanálise não é uma metáfora do judaísmo e sim o oposto: a judeidade pode ser uma metáfora da psicanálise. Bem diz da experiência de diferença que leva o sujeito em análise, buscar, através da palavra uma designação para aquilo que vindo de fora, está nele mesmo, embora lhe seja estranho. Mas atenção: toda metáfora é parcial, isto é, produz um resto de significação, a judeidade não pode esgotar a função e o campo analítico, embora seja uma belíssima e privilegiada representante. Estimula o analista a pensar, como inseparáveis, a origem e o devir da psicanálise e, com isso, assegurar sua transmissão de modo criativo e original.

Judeidade e psicanálise e, também, judeidade e tradução. Porque no devir outro da judeidade e no próprio devir da psicanálise encarnam-se certas ideias fundamentais expressadas no conceito de tradução como ato de produção e transformação de significados. Com efeito, a psicanálise como prática de diferença não pode conceber a tradução como transporte de significados de um sistema para outro de maneira estável e consciente. Freud insistia em que o inconsciente apresenta uma pluralidade de sentidos e de vozes que testemunham a sobredeterminação de suas formações. Na verdade esta é a tese defendida em A interpretação dos sonhos, onde o autor faz uma severa crítica ao colega W. Stekel pelo fato de pretender reduzir a interpretação psicanalítica a um trabalho meramente exegético, limitando-a à tradução de símbolos oníricos em detrimento das associações do sonhador (Freud, 1900/1976, p. 356). De extrema relevância à reflexão sobre o dispositivo da interpretação no processo analítico, essa crítica envolve a linguagem como tradução; o que faz com que justamente muitos autores considerem Freud um dos mais importantes teóricos da tradução (Cf. Ottoni, 2002, p. 2).

Minha emoção maior ao viver esta experiência de ter um livro publicado em terra estrangeira, é a de poder afirmar que minha confiança na transmissão da psicanálise, isto é, no futuro da psicanálise, consiste em saber que a crítica do analista, com seus meios específicos, à cultura faz parte da arte de reinventar a prática e a teoria psicanalítica. O analista não pode ignorar que seu ofício estabelece um laço social com o outro, o que significa manter em seu horizonte a subjetividade de sua época e conhecer bem, como proferiu Lacan, “a função de *inttérprete* da discórdia das línguas” (1998, p. 332), a terceira fonte do desconforto humano.

Nada poderia ilustrar melhor esta ideia do que evocar uma pequena história de Kafka - *O cavaleiro do balde* (1917) - escrita na primeira pessoa do presente, cujo ponto de partida uma situação bastante real: a falta de carvão no inverno austríaco assolado pela guerra. O narrador está prestes a morrer congelado. Pega um balde ao pé da “estufa impiedosa” e sai cavalgando neste objeto vazio que chega a erguê-lo à altura do primeiro andar das casas. Sua intenção era a de obter do carvoeiro uma pá cheia de carvão. A carvoaria fica no subsolo e o cavaleiro do balde voa alto demais, tem dificuldades em fazer-se compreender pelo carvoeiro que, em princípio, parecia estar disposto a atendê-lo. No banco da estufa da casa, a carvoeira a tricotar, chega a ouvir o apelo sem se sensibilizar, em nenhum momento pelo sofrimento do outro. Convence o marido de que não há ninguém lá fora e sobe sozinha para o andar de onde vinha a voz suplicante. A mulher tira o avental e espanta o intruso como se estivesse a enxotar uma mosca. Afugentado o cavaleiro kafkiano ascende às montanhas geladas, até se perder para nunca mais.

Não seria exagero afirmar que esta narrativa, por si só, garante a seu escritor um lugar privilegiado na fileira dos escritores que melhor disseram poeticamente, o inexprimível da parcela indomável da constituição do psiquismo: a crueldade humana. Numa análise primorosa deste conto, Ítalo Calvino (1988) defende a ideia de que talvez o escritor de Praga, quisesse apenas dizer que sair à procura de um pouco de carvão, numa fria noite em tempo de guerra, se transforma em busca de cavaleiro errante, travessia de cavaleiro nômade pelo deserto. O escritor italiano chama atenção para o fato de que a ideia do balde vazio que eleva o sujeito acima do nível onde se encontra a ajuda alheia, o vazio como “signo de privação, de desejo e de busca, que nos eleva a ponto de nossa humilde oração já não poder ser atendida” (1988, p. 41) é, também, uma figura exemplar para se enfrentar a crise contemporânea da linguagem: sendo o balde vazio signo de uma virtude, a leveza, propõe, que a entrada do terceiro milênio que estava por vir, quando da escrevia estas considerações, pudesse ser feita a cavalo no balde vazio, “sem esperar encontrar neste século nada além daquilo que seremos capazes de levar” (*idem*).

Qual a lição que o analista pode retirar do conto kafkiano e da interpretação que dele fez Calvino? Antes de mais nada, quero dizer a vocês que o Cavaleiro do balde é virtuosamente semelhante ao cavaleiro do cavalo errante do chiste citado por Freud em carta a Fliess, para explicar do que se tratava o Inconsciente. Discorrendo sobre o estado no qual se encontrava *A interpretação dos sonhos*, Freud escreve: “Meu trabalho foi inteiramente ditado pelo inconsciente, segundo o famoso princípio de Itzig, o cavaleiro dominical: -Para onde estás indo, Itzig? - E eu sei? Não tenho a menor ideia. Pergunte a meu cavalo!” (Masson 1986, p. 320)

Ditado pelo inconsciente. Freud apresenta ao dileto amigo, o inconsciente como um cavaleiro que se deixa levar pela força do cavalo errante.

Errante, à procura do carvão necessário à escrita do inconsciente, o analisista sem esperar encontrar neste século nada além daquilo que pode escutar, encontra na atualidade as mesmas resistências à psicanálise que Freud encontrou em seu tempo, apesar do que a cultura já pôde dela assimilar e banalizar.

Seria o caso de perguntar mais claramente: o que significa a psicanálise? Por que isto existe? Entre as múltiplas respostas, escolho a que diz que isto existe para que exista a ideia do particular que dá conta do universal. A experiência é o viveiro de nossas descobertas, o balde vazio de Kafka, signo do desejo, de busca pelo outro. E mesmo sendo verdade que depois de Freud, a experiência psicanalítica só pode acontecer se estiver em íntima consonância com os conceitos fundamentais da psicanálise, isto não invalida o fato de que os analistas tenham de sempre inventar novos procedimentos para proteger a verdade do sujeito do inconsciente e minorar os avanços da pulsão.

## Referências Bibliográficas

- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo. Companhia das Letras. 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo. Perspectiva, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Torres de Babel*. Belo Horizonte. UFMG. 2002
- FREUD, Sigmund. Interpretación de los sueños. In *Obras Completas*. Trad. José Luiz Etchverry, Amorrortu Editores, 1976. V. 4
- \_\_\_\_\_. "Presentación autobiográfica" (1925a). *Op. Cit.* V. 10
- \_\_\_\_\_. "Las resistências contra el psicoanálisis" (1925b). *Op. Cit.* V. 10.
- \_\_\_\_\_. "Moisés e o monoteísmo" (1939[1934-1939]). *Op. Cit.* V. 23.
- FUKS, B.B. *Freud e a judeidade: a vocação do exílio*. Rio de Janeiro, Zahar. 2000
- \_\_\_\_\_. *Freud and the Invention of Jewishness*. Nova York. Agincourt Press. 2008.
- KAFKA, F. *O cavaleiro do balde*. [www.biblioteca.folha.com.br](http://www.biblioteca.folha.com.br)
- MASSON, J. M. *A correspondência completa de S. Freud para W. Fliess, 1887-1904*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Imago. 1986.
- MEMMI, Albert. *O homem dominado*. Lisboa. Seara Nova. 1975
- OTTONI, Paulo. Tradução: reflexões sobre desconstrução e psicanálise. Pulsional Revista de Psicanálise. N. 158. Disponível em [HTTP://www.editoraescuta.com.br/pulsional](http://www.editoraescuta.com.br/pulsional).

